

- **Elevação da TEC sem política de desenvolvimento industrial só garante competitividade no curto prazo**
- **Diálogo econômico estratégico sino-americano pouco inova em reunião em Washington**
- **Novo encontro com lideranças africanas evidencia interesses chineses no continente**
- **Dragonomics: Jehangir Pocha, correspondente da revista indiana *Business World* em Pequim, avalia a rivalidade entre China e Índia**



 CONSELHO
EMPRESARIAL
BRASIL-CHINA
中国-巴西企业家委员会

Desafios Emergentes

O Conselho Empresarial Brasil-China agradece a presença dos participantes na 2ª Conferência Internacional Desafios Emergentes, realizada nos dias 17 e 18 de abril, em São Paulo. Desafios Emergentes foi um marco na história do CEBC e um passo decisivo para a inclusão na agenda brasileira do importante debate acerca do crescimento asiático e seu verdadeiro impacto para o Brasil.

Os relatórios com o resumo dos painéis já encontram-se disponíveis para download no site: www.cebc.org.br.

Atenciosamente,
Secretaria Executiva
Conselho Empresarial Brasil-China

Competitividade asiática

Especialistas discutem as origens da competitividade chinesa e indiana

Diagnósticos tradicionais ao modelo de crescimento chinês e indiano não se sustentam mais. O intenso crescimento econômico de China e Índia, em especial nos últimos quatro anos, não se baseia exclusivamente no baixo custo da mão-de-obra, desrespeito ao meio ambiente e vantagem competitiva em produtos manufaturados de baixo valor agregado. Economias de escala, intenso desenvolvimento da infra-estrutura, estímulo à competição, baixo custo de capital e investimentos em educação são componentes de um novo padrão competitivo asiático que veio para ficar. Na análise de Arthur Kroeber, diretor da Dragonomics Research & Advisory e co-editor da China Economic Quarterly, a China ainda possui mão-de-obra de baixo custo, porém o país garante crescimento sustentável e de longo prazo em função de condições estruturais (como infra-estrutura física e educacional), que estão muito além do custo de trabalho.

Kroeber e outros especialistas convidados para a sessão introdutória da segunda conferência internacional do CEBC, **Desafios Emergentes – a ascensão econômica de China e Índia e seus efeitos para o Brasil**, buscaram caracterizar a competitividade chinesa e indiana. O choque de competitividade provocado pela ascensão de ambos traz à tona a necessidade de estabelecimento de respostas brasileiras, públicas e empresariais, para lidar com os desafios e oportunidades decorrentes da ascensão asiática. Para empresários e membros do governo, é fundamental compreender os modelos de desenvolvimento chinês e indiano a fim de inserir competitivamente o Brasil no reordenamento produtivo global do século XXI.

Mudança estrutural nos termos de troca do comércio internacional – Arthur Kroeber prevê que a China deve crescer na casa de 8% ao ano por pelo menos mais 15 anos, o que implica em uma mudança estrutural e de longo prazo nos termos de troca no comércio mundial. Segundo projeções do pesquisador, a China responde hoje por 7% da produção industrial do mundo. Em 2040, essa fatia deverá chegar a 22%. “O mundo tem que aprender a lidar com isso”, resume.

O impacto do crescimento chinês deverá ser positivo para países exportadores de matérias-primas e insumos em geral, que deverão continuar assistindo ao aumento dos preços de seus produtos, em especial das *commodities*, cada vez mais escassas. Por outro lado, a tendência de preço para as manufaturas menos sofisticadas é de queda, dado o aumento de escala provocado pelo modelo indiano e chinês.

“Vitoriosos serão os consumidores globais em razão da queda dos preços de bens manufaturados, bem como produtores de *commodities* e prestadores de serviços, que terão seus produtos valorizados. Os perdedores serão aqueles que trabalham nos velhos ramos da manufatura. Estes terão que ganhar competitividade com marca e tecnologia para sobreviver”, afirma Kroeber.

Demanda energética mundial agravada por chineses e indianos – Caso a China atinja um patamar de consumo per capita similar ao norte-americano, seriam necessários 80 milhões de barris de petróleo por dia (bpd) para sustentar seu crescimento, o que equivale a toda a produção mundial. A previsão foi feita por Wenran Jiang, diretor e professor de ciência política do China Institute da Universidade de Alberta, Canadá, segundo o qual a China consome atualmente 7 milhões bpd, ao passo que os EUA, com 5% da população mundial, utilizam 25% da produção global, o equivalente a 20 milhões bpd. Segundo Jiang, a crescente demanda chinesa pela *commodity* deve manter os preços em alta nos próximos anos, o que implica a necessidade de o mundo adaptar-se às necessidades energéticas chinesas e não ignorar a busca do país por parceiros fornecedores.

Do lado chinês, o governo deve empenhar-se na melhoria de sua eficiência energética tanto no consumo quanto na produção. Atualmente, 70% da matriz chinesa são baseados no carvão, cuja exploração emprega trabalhadores em condições inseguras. Diariamente, 14 trabalhadores chineses morrem em acidentes em minas, o que evidencia a elevada ineficiência e o risco humano da produção.

Em 2007, a China deverá ultrapassar os Estados Unidos na emissão de gás carbônico, tornando-se o maior emissor global. Se concretizado, o fato representará uma antecipação em dois anos das estimativas até pouco tempo feitas por analistas do setor.

Educação garante competitividade – Em relação à Índia, Amit Ray, professor da Universidade de Jawaharlal Nehru (Índia), defende que a chave do crescimento do país é o conhecimento. “Nosso grande salto qualitativo foi conseguir transformar mão-de-obra barata em capital humano de elevada qualidade, especializada em biotecnologia, produtos farmacêuticos e tecnologia da informação. A combinação de tecnologia e capital humano explica nosso crescimento médio de 8% ao ano nos últimos quatro anos.”

Entretanto, Amit reconhece que as políticas indianas de formação deste capital humano são pouco inclusivas, o que gerou assimetrias significativas. Grande parte

da população indiana ainda vive em condições de pobreza extrema. O índice de analfabetismo permanece elevado, e ainda é preciso aprimorar a qualidade do ensino no país.

Setor financeiro incipiente, uma questão de escolha – O desenvolvimento do setor real da economia em detrimento do setor financeiro foi uma decisão estratégica da China. O modelo de desenvolvimento chinês baseia-se na premissa de que o setor manufatureiro necessita de suporte financeiro durante seu desenvolvimento inicial. “Essa é uma escolha política que faz muito sentido: o setor financeiro não precisa dar muito lucro agora. O que sustenta o crescimento rápido e por muito tempo é o setor real. E essa é a prioridade estratégica da China”, afirma Arthur Kroeber.

De acordo com o analista, é simplificador pensar o problema do setor bancário chinês como um empréstador de dinheiro barato para empresas estatais. A principal lição que o modelo chinês pode dar a outras nações em desenvolvimento, na visão de Kroeber, é que, ao priorizar o setor manufatureiro em detrimento do financeiro, o desenvolvimento tende a ser mais intenso e muito mais sustentável. Ainda segundo Kroeber, esse modelo é muito similar ao adotado por Japão e Coreia do Sul entre as décadas de 50 e 70, quando os bancos nacionais foram responsáveis por facilitar o crédito para empresas envolvidas na produção.

Wenran Jiang também concorda que o sistema financeiro chinês, apesar de mergulhado em volumes expressivos de créditos irrecuperáveis, não corre risco de sofrer uma crise que afete estruturalmente o crescimento do país. Segundo Jiang, o expressivo volume de poupança nacional, na casa de 40% do PIB, e as reservas acima de US\$ 1,2 trilhão são um colchão de segurança para o sistema financeiro. “Não há risco de desmantelamento. O dinheiro disponível nos setores público e privado garante o processo de reestruturação”, acredita.

Já de acordo com Kroeber, há uma mudança dramática do sistema financeiro desde o início da década de 90. “Antes, o sistema era um sustentáculo da seguridade social na China. Esse mecanismo foi desmontado e hoje os bancos estão muito mais saudáveis do que já estiveram, e são perfeitamente sustentáveis”, avalia.

Desafios à competitividade – Para Jiang, o sistema de partido único é uma limitação à competitividade chinesa. “Há dúvidas se a China será capaz de construir um arcabouço jurídico de concorrência em um Estado de partido único.” O especialista também cita como desafios a rápida urbanização e o aumento da desigualdade. “Há grandes expectativas de ascensão social provenientes da possibilidade de migração na China. Os chineses da zona rural gastam 30% de sua renda em saúde, mais 30% para educação. É muito difícil para a sociedade adaptar-se ao aumento das desigualdades”, explica o professor.

Uma crítica comum ao modelo de desenvolvimento chinês, a falta de respeito ao meio ambiente, também está em vias de mudança. Dada a fase de internacionalização das empresas chinesas, muitas estão se adaptando às regras internacionais a fim de se tornarem globais. “Considerar a China competitiva porque o país não respeita o meio ambiente está se tornando cada vez menos válido. O processo de desenvolvimento está ficando mais complexo, e é preciso acompanhar isso”, resume Kroeber.

O que deve ser feito – Do empresariado nacional às autoridades chinesas e brasileiras, a mensagem é unânime: a China assusta, em especial em função da entrada de produtos a preços competitivos, que ganham terreno no mercado interno afetando indústrias domésticas, mas é preciso acabar com o desconhecimento bilateral se o Brasil quiser garantir melhora qualitativa do intercâmbio comercial e incrementar o fluxo bilateral de investimentos com os emergentes asiáticos. Segundo o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho, “não se deve cair na tentação das soluções simplistas, como preconizar um protecionismo, de resto pouco eficaz como instrumento de proteção em um mundo globalizado onde os processos produtivos são cada vez mais internacionalizados”. A prosperidade de China e Índia deve ser encarada positivamente, como foco de oportunidades para a economia brasileira em geral.

Elevação da TEC: competitividade garantida só no curto prazo

A fim de reduzir concorrência de produtos chineses e abrandar a espera pelo término do processo de investigação de *dumping*, o governo brasileiro aprovou mais uma medida paliativa em abril. Se aceita pelos demais membros do Mercosul na próxima reunião de Cúpula, prevista para junho, a Tarifa Externa Comum (TEC) sobre têxteis e calçados importados será elevada para 35%, limite máximo permitido pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

A medida afetará aproximadamente 315 itens, cuja tarifa média atual é de 20%, e é extensiva a todos os países exportadores dos produtos selecionados. Diferentemente do que ocorre com a implementação de mecanismos de defesa comercial, a tarifa não se restringe a mercadorias originárias da China investigadas por subfaturamento. O governo brasileiro negou caráter protecionista e, segundo o ministro do Planejamento, Guido Mantega, a elevação da TEC é apenas resposta à concorrência desleal da China nesses setores, e irá garantir sobrevida aos fabricantes nacionais.

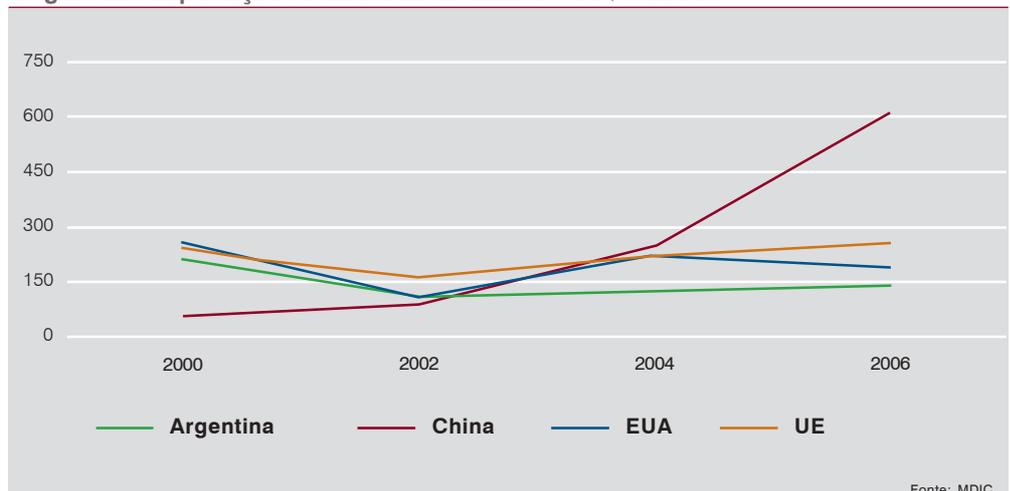
Embora o governo brasileiro tenha reconhecido que a medida não é eficaz para solucionar o problema de competitividade de fabricantes brasileiros, sua aprovação não está vinculada a qualquer exigência de aumento de investimento ou modernização tecnológica dos setores afetados. Um mês após anúncio, o governo anunciou que pretende acelerar concessão de linhas de crédito para os mesmos setores. Indústrias naval, automotiva e moveleira também serão beneficiadas pelo programa. Não houve, porém, qualquer estabelecimento de prazo para dar início ao programa de crédito.

O Brasil segue caminho oposto a países em desenvolvimento que, geralmente, tendem a adotar tarifas significativamente inferiores aos limites consolidados na OMC a fim de garantir concessões recíprocas durante negociações. A decisão também contradiz a própria atuação brasileira no organismo internacional. Ao mesmo tempo em que se intitula defensor da liberalização agrícola na Rodada de Doha, o Brasil reduz a diferença entre tarifas consolidadas e efetivamente aplicadas. Elevar a TEC pode significar entraves nas negociações multilaterais.

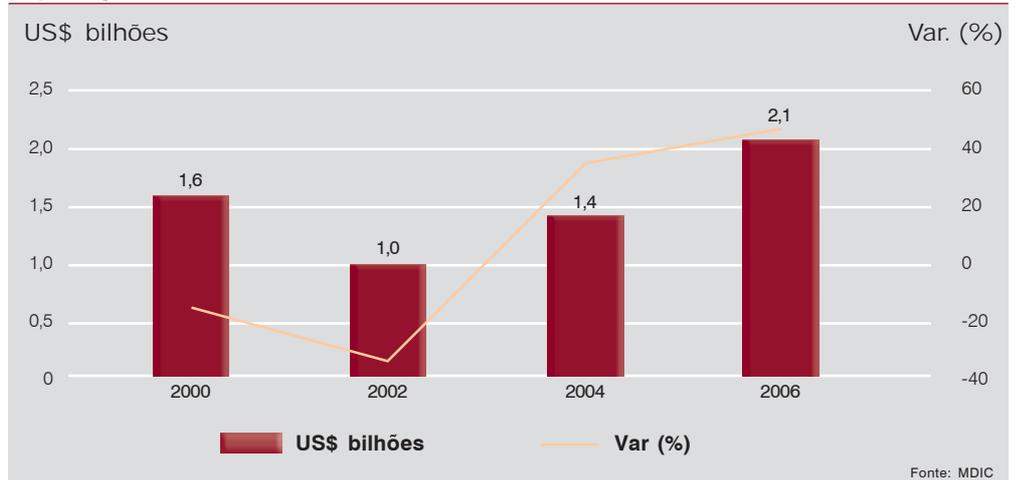
Têxteis – A nova tarifa restringe-se a vestuários e confecções. Tecidos ficarão isentos, o que limitará o impacto da elevação tarifária sob o custo da matéria-prima para indústrias de confecção e, conseqüentemente, deverá produzir poucos efeitos sobre o preço final de venda de artigos do setor no mercado doméstico.

Em 2006, as importações brasileiras da China de têxteis registraram crescimento de 168,9% em relação a 2005. Em peso a diferença é pouco inferior, de 159,1%. No mesmo período, entretanto, o volume de têxteis comprados pelo Brasil do exterior também aumentou, e a participação da China no mercado brasileiro do produto reduziu de 7,8%, em 2004, para 4,2% em 2006.

Origem das importações brasileiras de têxteis – US\$ milhões

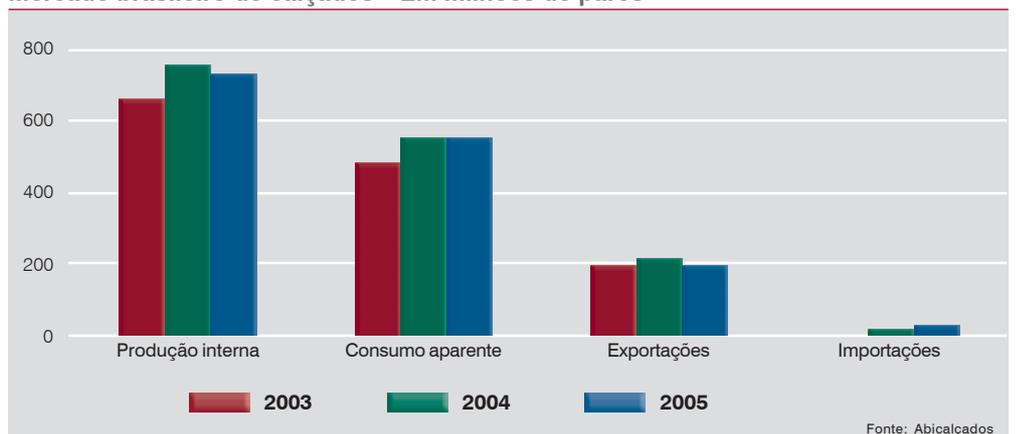


Importações brasileiras totais de têxteis



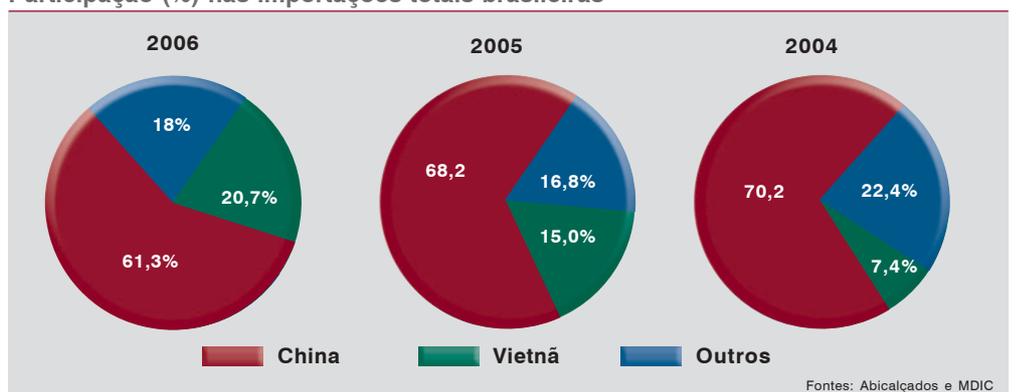
Calçados - Em 2006, as importações brasileiras da China de calçados somaram US\$ 91,6 milhões, crescimento de 112,3% com base em 2005, e de 191,6% comparado a 2004. Em peso, a diferença se reduz para 106,4% e 156,6% em relação a 2005 e 2004, respectivamente. No mesmo período, as importações brasileiras totais do produto – de participação pouco expressiva no consumo interno – aumentaram 121,9%, comparadas a 2005, e 206,7% em relação a 2004.

Mercado brasileiro de calçados – Em milhões de pares



Assim como o caso do setor têxtil, a participação da China no total de calçados importados pelo Brasil sofreu redução nos dois últimos anos, de 70,2% em 2004 para 61,3% em 2006. No mesmo período, a participação do Vietnã nas compras brasileiras do produto triplicou. O país é o terceiro maior exportador de calçados mundial, atrás apenas de China e Hong Kong. Apesar da tomada de mercado de consumo dentro do Brasil, os produtos asiáticos representam um desafio muito mais importante para a indústria brasileira na competição por terceiros países. De setembro de 2006 a fevereiro de 2007, as importações da Argentina de calçados chineses e vietnamitas cresceram 169% e 154%, respectivamente, ao passo que as compras do produto brasileiro aumentaram 24,5%.

Participação (%) nas importações totais brasileiras



Em momento de redefinição de vantagens comparativas, a elevação tarifária apenas retarda o suposto “surto” das importações de produtos asiáticos e camufla as deficiências do setor produtivo brasileiro. O volume pouco expressivo de investimentos, a falta de projetos voltados para modernização dos setores afetados e a permanência de carga tributária excessiva não permitem resolver o principal desafio do parque industrial brasileiro: a baixa competitividade. Para evitar perda em terceiros mercados e no mercado doméstico é preciso executar reformas estruturais há tempos na agenda do governo brasileiro.

Relações bilaterais

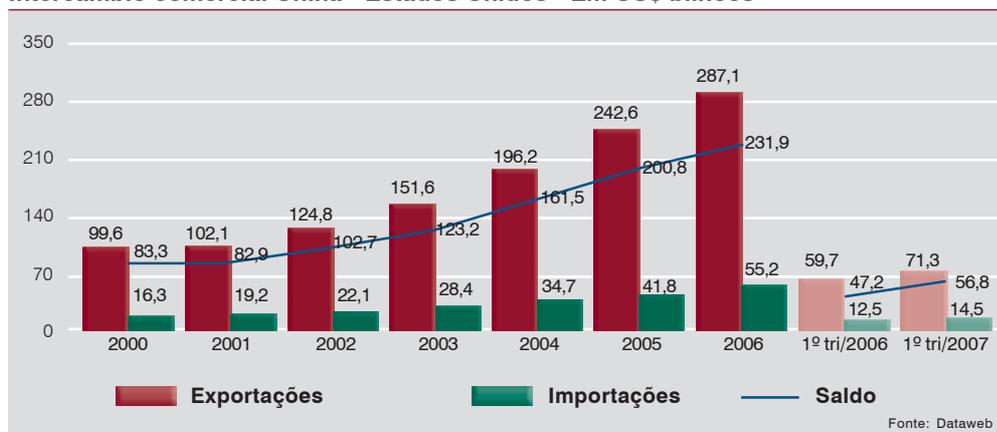
Déficit comercial recorde em foco na segunda edição do diálogo econômico-estratégico

A segunda edição do diálogo econômico-estratégico sino-americano, realizado nos dias 22, 23 e 24 de maio, em Washington, ocorreu sob cenário turbulento. O ano de 2007 tem sido delicado para as relações entre chineses e norte-americanos: declarações sinofóbicas de congressistas em Washington, aplicação de medidas compensatórias às importações de papel chinês e abertura de processo contra a China na OMC por conta de subsídios ilegais à exportação e desrespeito à propriedade intelectual. Como agravante, os Estados Unidos nunca registraram déficit comercial tão exacerbado com a China – a subvalorização do yuan em relação ao dólar continua alvo de sucessivas críticas.

O encontro, arquitetado em 2006 com o objetivo de reunir autoridades dos dois países para dirimir as tensões comerciais bilaterais, teve sua primeira edição realizada em dezembro passado, na capital chinesa. Na ocasião, os Estados Unidos enviaram delegação recorde à China. Dessa vez, foi o momento de os chineses deslocarem-se até Washington para três dias de conversações de pauta extensa, porém não muito diferente da pauta de encontros prévios realizados entre os dois países. Wu Yi, vice-primeira ministra da China e líder do país para questões comerciais, levou consigo quase metade do seu gabinete para defender-se das acusações do governo e Congresso norte-americanos. A ministra repetiu inúmeras vezes que embates não solucionam problemas, visto que seu país não vai se render às pressões dos Estados Unidos.

Fato é que o superávit chinês com os Estados Unidos superou as expectativas e bateu recordes seguidos em março e abril. Em 2006, o déficit norte-americano com a China registrou aumento de US\$ 31 bilhões para US\$ 232,5 bilhões¹. Somente nos quatro primeiros meses de 2007, o déficit cresceu 20% em relação ao mesmo período de 2006, de acordo com as estatísticas do governo chinês. Outro recorde mensal foi registrado em março: o déficit chegou a US\$ 16,87 bilhões, ante US\$ 6,9 bilhões do mesmo mês de 2006.

Intercâmbio comercial China - Estados Unidos - Em US\$ bilhões

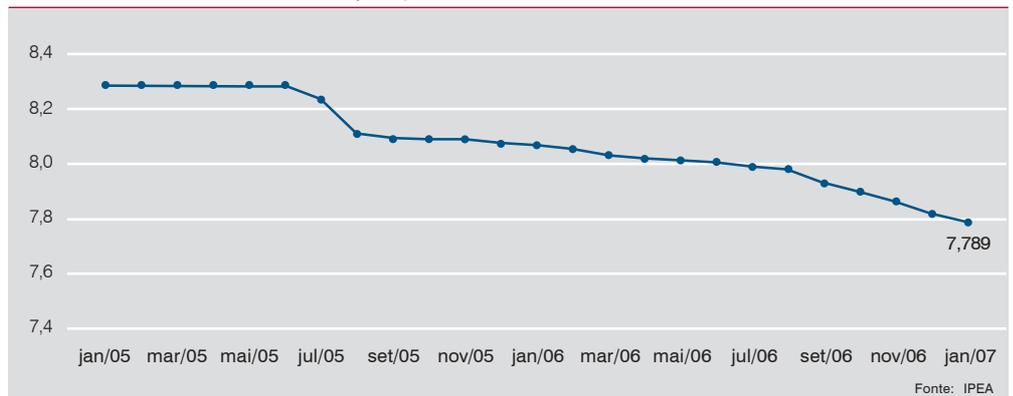


Os Estados Unidos querem que a China estimule o consumo interno a fim de garantir outro motor de crescimento além das exportações e do investimento. Com o aumento do consumo doméstico, a China também passaria a importar mais produtos dos Estados Unidos. A defesa deste argumento embute uma tentativa de proteção dos trabalhadores norte-americanos, que reclamam de perda de empregos por conta da invasão de produtos chineses baratos.

Nova estratégia: Congresso – A fim de tentar reduzir a fobia asiática disseminada no Congresso norte-americano, Wu Yi repetiu o que já havia conversado com o secretário do Tesouro, Henry Paulson: emitir sanções contra a China reduzirá as chances de resolver os desentendimentos amigavelmente. Mudar o foco da reunião da Casa Branca para o Congresso foi estratégico. Ao conversar com os congressistas, Wu procurou estabelecer metas de longo prazo com os norte-americanos, a fim de não deixar o relacionamento bilateral ao sabor da maré e do humor da Casa Branca.

A tarefa não é fácil: o Congresso insiste no yuan como inimigo número 1 de um relacionamento equilibrado com a China. O país asiático é acusado pelos congressistas de ser um manipulador cambial, financiador de exportações através de subsídios ilegais e violador de leis de propriedade intelectual e outras regras de comércio internacional. O número de projetos de lei contra a China tem crescido espantosamente – desde o início do ano, foram emitidos 15. Analistas afirmam que, ao contrário do histórico de acusações do Congresso norte-americano contra a China, alguns dos projetos de lei podem ter grande impacto nas exportações chinesas aos Estados Unidos.

Taxa de câmbio mensal - Yuan/US\$



Não se pode, porém, acreditar no mito de que o yuan desvalorizado é o único responsável pela explosão das exportações chinesas aos Estados Unidos. O valor da moeda chinesa aumentou cerca de 1,5% em relação ao dólar desde o início de 2007, e 8% desde o abandono do câmbio fixo em julho de 2005. A valorização é modesta e os Estados Unidos cobram que a China eleve o valor de sua moeda em 20% ou mais.

Analistas afirmam, porém, que apenas a valorização não diminuirá o déficit norte-americano. Muito do que os Estados Unidos compram da China é originário do Japão, Coréia do Sul e Taiwan – a China importa componentes desses países e exporta os produtos finais à América. É evidente que um yuan mais flexível e valorizado permitiria à China diversificar o consumo (por meio da elevação das importações) e aumentar o controle sobre a taxa de juros, com possíveis resultados positivos para a desaceleração do superaquecimento. Mas o efeito comercial para os Estados Unidos seria irrisório.

Além do imbróglio comercial que envolve a moeda chinesa, os Estados Unidos recentemente entraram em novos litígios contra a China na OMC. Os norte-americanos abriram investigação contra os chineses acusando-os de proverem subsídios ilegais ao setor exportador e discriminarem as importações provenientes dos Estados Unidos. Em abril, foi a vez dos direitos de propriedade intelectual e restrições às vendas de filmes, músicas e livros americanos em território chinês serem alvo de painel investigativo.

Fora da OMC, outra briga foi comprada pelo secretário de comércio dos Estados Unidos, Carlos Gutierrez. O secretário anunciou a aplicação de medidas compensatórias de 10% a 20% sobre gama seleta de produtos chineses, entre os quais papel revestido. A medida terá impacto limitado no déficit norte-americano – as importações americanas de papel revestido chinês em 2006 foram de apenas US\$ 224 milhões –, entretanto o uso de medidas compensatórias marca mudança significativa na estratégia estadunidense.

² Por conta de metodologias diferentes, em 2006 a China estimou superávit com os Estados Unidos de US\$ 144 bilhões. A contagem norte-americana contabiliza as importações provenientes de Hong Kong.

Pequenas concessões – Concessões feitas pela China não vão acalmar os ânimos dos democratas do Congresso norte-americano. A China, por sua vez, preocupa-se com seu calendário político doméstico – o país não quer desestabilizar sua economia com grandes mudanças às vésperas do encontro quinquenal do Partido Comunista e das Olimpíadas de Pequim. Algumas medidas, porém, foram tomadas previamente ao Diálogo para amenizar as diferenças.

Como forma de equilibrar o relacionamento bilateral e ganhar apoio político, foi realizada missão de aquisições e investimento liderada por Ma Xiuhong, vice-ministra de comércio. Empresários chineses assinaram contratos de US\$ 4,3 bilhões em São Francisco. A delegação, composta por seis grupos manufatureiros representando 208 companhias, passou também por 25 cidades norte-americanas, incluindo Atlanta, Chicago e Washington. Espera-se que a missão negocie US\$ 16 bilhões em acordos.

Em outra negociação, o Eximbank americano e o Eximbank chinês abriram linha de crédito para exportações norte-americanas para a China, com o objetivo de promover os empregos do setor exportador dos Estados Unidos e o desenvolvimento sustentável da China. As duas instituições assinaram um memorando de entendimento na forma de acordo de crédito de longo prazo para financiar exportação para a China acima de US\$ 20 milhões. A primeira operação, acertada entre a Harsco Corporation e o Ministério das Ferrovias chinês, prevê o financiamento de US\$ 164 milhões em equipamentos para manutenção de ferrovias.

Em medida indireta, mas que beneficia companhias norte-americanas, a China concordou em abrir mais seu setor financeiro para empresas estrangeiras e em ampliar os serviços de aviação civil entre os dois países. O país permitirá a formação de *joint ventures* no ramo de corretoras de valores, além de aumentar o escopo da atividade dessas empresas. O limite de recursos que os investidores estrangeiros institucionais podem aplicar no mercado chinês será aumentado de US\$ 10 bilhões para US\$ 30 bilhões. China e Estados Unidos assinaram também acordo que prevê que o número de vôos diários entre os dois países passe de 10 para 23 até 2012. No mesmo documento, foi acordado que companhias aéreas norte-americanas de carga terão acesso livre ao país asiático.

Diplomacia sino-americana – Está claro que China e Estados Unidos se entendem melhor quando o assunto foge do âmbito comercial. Basta lembrar da cooperação nas conversações sobre a Coreia do Norte, Irã e Taiwan. Aquecimento global é outra temática na qual não há grandes discrepâncias de opinião.

Quando o assunto é comercial, os avanços serão lentos, como foi verificado no encontro. O Congresso norte-americano não deixará de reclamar quanto ao valor da moeda chinesa e a invasão de produtos. Enquanto isso, a China insistirá na facilitação da entrada de produtos chineses de alto teor tecnológico e tratamento do país asiático como economia de mercado.

Desafios domésticos ficaram evidentes nas conversações e estarão presentes também nos próximos encontros. A aproximação da assembléia quinquenal do Partido Comunista obriga Hu Jintao a evitar que o país ceda a pressões norte-americanas. E os Estados Unidos, por sua vez, precisam lidar com suas instabilidades internas, como o aumento da desigualdade de renda de seus trabalhadores e a crise nos sistemas de saúde e previdenciário.

[Desenvolvimento socioeconômico](#)

China é principal tema da reunião anual do Banco de Desenvolvimento Africano

Com foco em desenvolvimento de linhas de crédito, ajuda financeira e humanitária a países debilitados, administração de dívida externa e, sobretudo, cooperação sino-africana, o Banco de Desenvolvimento Africano (AfDB, em inglês) realizou reunião anual de diretoria em Pequim. O encontro, realizado nos dias 16 e 17 de maio, terminou transformando-se em um palco de projeção dos interesses chineses no continente, e foi alvo de preocupação de organismos internacionais.

[Leia mais na Carta da China 23](#)

Assim como no caso latino-americano, a crescente demanda chinesa por *commodities* também aqueceu as relações da China com a África. Esse é o segundo grande evento envolvendo autoridades africanas realizado na China em seis meses – o primeiro, uma reunião de líderes políticos do continente, em novembro de 2006, teve como sede Xangai.

A China tem feito apostas agressivas na exploração de fontes alternativas para fornecimento de matérias-primas, sobretudo metais, petróleo e gás, em diferentes países da região. Durante a reunião, o governo chinês aprovou a liberação de US\$ 1 bilhão do fundo chinês de desenvolvimento para a África, que no total soma US\$ 5 bilhões. O país também anunciou investimento de US\$ 20 bilhões em infraestrutura e em projetos que estimulem trocas comerciais nos próximos três anos. Apesar de bem-vindos, os investimentos chineses apontam para novos desafios no continente, em especial sobre como lidar com a mão-de-obra chinesa migrante, infraestrutura seletiva, *dumping* de produtos e incentivos financeiros a países com histórico de desrespeito aos direitos humanos.

A África tem registrado os maiores índices de crescimento econômico desde a década de 70, e a previsão para 2007 é de que o crescimento médio mantenha-se próximo a 6%. O AfDB atribui os resultados ao aprimoramento do ambiente de negócios e, sobretudo, a alta do preço de *commodities* no mercado internacional – efeito da demanda chinesa por recursos naturais e fontes de energia. Na última década, o comércio sino-africano aumentou quase dez vezes, para US\$ 55 bilhões, volume pouco significativo em valor para a economia chinesa, porém de grande relevância para países africanos, geralmente à margem dos fluxos de capital internacional.

“Quanto maior o volume de recursos destinados à África melhor, contudo, a China deve ainda compreender os benefícios de fazer parte de um esforço coletivo”, destaca o vice-presidente do AfDB, Thierry de Longueur, ao reconhecer a necessidade de que os investimentos realizados sejam aplicados de forma a permitir a sustentabilidade econômica do continente no longo prazo. Essa visão é compartilhada por Neuma Grobbelaar, diretora de pesquisa do *South African Institute of International Affairs* (SAIIA). “Não há dúvidas de que a África é importante para a China e que os investimentos chineses são relevantes. No entanto, a China tem potencial para desestabilizar as economias africanas na medida em que seus objetivos são claros. Cabe aos países africanos não ceder incondicionalmente”, afirma.

A fim de garantir fornecedores de longo prazo, contratos de exploração e venda de matéria-prima são atrelados a pacotes bastante atrativos que envolvem empréstimos a baixo custo e investimentos, prática comum no relacionamento sino-africano desde a década de 60. Além das receitas advindas com a comercialização dos produtos, o país se beneficia de cooperação em outros setores, como saúde, infraestrutura e educação. Esses projetos são, na prática, estratégias para garantia de abastecimentos futuros.

Nem sempre os pacotes oferecidos pelo governo chinês para garantir que a crescente demanda nacional por recursos naturais será atendida destina-se a melhorias para sociedade. Entre os acordos, está o fornecimento de armamentos para líderes locais. Em função da instabilidade política de parte dos parceiros chineses no continente, o comércio de armas é negócio bastante lucrativo, além de servir para proteger reservas de recursos naturais, e assim seus investimentos no continente. O caso mais ilustrativo é o fornecimento de aviões de combate para o governo sudanês. Além de atender aos interesses do governo local – de combate aos rebeldes no sul do país –, o armamento foi utilizado para a proteção do campo de exploração de petróleo da estatal China National Petroleum Corporation (CNPC) na região.

Nesse cenário, o Eximbank chinês acaba atuando como competidor do AfDB na região, uma vez que as duas instituições visam suprir a carência de doações internacionais de recursos para projetos relacionados ao setor de infraestrutura – o financiamento externo destina-se, em sua maioria, a áreas de saúde e educação. Se por um lado a competição entre as duas instituições pode gerar aperfeiçoamento e reformas, de outro a presença chinesa incentiva a contração de novos empréstimos, uma vez que o AfDB perdeu dívidas de aproximadamente US\$ 5 bilhões desde 1998.

Sudão – Ativistas envolvidos em campanhas pelo término do genocídio no Sudão parecem ter conseguido sua primeira vitória. A norte-americana Fidelity Investments, maior administradora mundial de fundos mútuos, desfez-se de 91% do total de ADRs (American Depositary Receipts, títulos que possibilitam aos investidores norte-americanos aplicar seus recursos em títulos de empresas estrangeiras) que detinha da PetroChina. O motivo não foi divulgado pela companhia, porém especula-se que pressão de organismos internacionais favoráveis ao embargo econômico ao Sudão e movimentos transnacionais de direitos humanos que encorajam o “desinvestimento” no país teriam exercido influência significativa.

Em abril, as importações chinesas de petróleo sudanês registraram aumento de 539% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Relacionamento e rivalidade

*Jehangir Pocha**

China e Índia são potências em ascensão: estão elas condenadas a uma amarga rivalidade ao mesmo tempo em que competem por recursos para nutrir seu desenvolvimento? Ou seria uma relação mais cômoda – ou até colaborativa – possível? A resposta mais fácil é optar pela amarga rivalidade, especialmente uma vez que o relacionamento entre os dois países continua marcado pelo veneno da guerra de fronteiras de 1962, na qual a China apropriou-se de partes do inóspito território do Himalaia. A conseqüente disputa para estipular fronteiras formais nunca foi resolvida. Certamente as autoridades de segurança em ambos os países possuem uma percepção obscura: que dois ambiciosos vizinhos com sistemas políticos díspares, estruturas econômicas em competição e diferentes imagens do mundo estão fadados a se confrontarem.

Todavia, a resposta ainda mais precisa é de que China e Índia provavelmente se envolverão em relacionamento complexo com elementos de ambas: competição e cooperação. Ademais, no cenário geopolítico elas estarão envolvidas em um estranho jogo de sombras, no qual o relacionamento bilateral nunca terá a mesma importância que o relacionamento de cada uma delas com os Estados Unidos.

Triângulo de amor e ódio

A relação triangular com os Estados Unidos começa a repercutir de maneira interessante. A China tem aos poucos enxergado o mundo em termos bipolares, no qual ela própria é a próxima desafiante dos Estados Unidos. A Índia passa paulatinamente a ter objetivo significativamente mais modesto, que é estabelecer-se como potência regional – apesar de que a definição dada por Nova Déli de “região” é assunto em revisão, gradativamente abrangendo área que compreende o sudeste e o centro da Ásia. O objetivo primordial dessa estratégia é, além de assegurar as fronteiras, criar um bloco comercial do sul da Ásia (incluindo o Irã) e estabelecer uma vibrante rota de comércio, conectando o sudeste asiático e a Europa, com a Índia no centro. Ela também seria a “porta de entrada” do estratégico Oceano Índico, através do qual dois terços do petróleo mundial e metade do comércio da Ásia passam.

Sendo, de longe, uma economia menor e de crescimento mais lento, falta à Índia a importância absoluta e a brutal influência que a China tem garantido por meio de seu poder de compra. Ao não demonstrar querer arruinar a hegemonia norte-americana, a Índia posiciona-se, em princípio, como tendo

* *Correspondente do Boston Globe e da revista indiana Business World em Pequim.*

maior margem de manobra diplomática do que a China. Dado seu regime democrático, seu sistema legal ao estilo inglês e um ascendente ambiente corporativo nos moldes norte-americanos, a Índia sempre será vista pelos Estados Unidos como contrapeso natural a um ameaçador Estado chinês. Se a Índia vai abandonar seu tradicional e firme estilo diplomático em troca de ganhar vantagens máximas ao jogar as duas grandes potências uma contra a outra, esta é uma outra questão.

Glutões de gás

A mais óbvia fonte de conflitos entre Índia e China é o petróleo. A China é atualmente o segundo maior importador mundial de petróleo, atrás apenas dos Estados Unidos, com consumo total de 6,5 milhões de barris por dia (bpd), quantidade que provavelmente irá dobrar por volta de 2020. A Índia, quinto maior consumidor mundial de petróleo, queima 2,2 milhões bpd e estima consumo de 5,3 milhões para 2025, de acordo com a Administração de Informações Energéticas dos Estados Unidos.

Com a produção global de petróleo pouco acima de 1 milhão bpd em relação à taxa de consumo de 83 milhões bpd, essa explosão na demanda tem sido um dos fatores que levam o preço do petróleo bruto a permanente nível acima de US\$ 60 o barril. O preço em alta impõe custo substancial aos grandes países em desenvolvimento e com rápido crescimento da demanda de energia. China e Índia têm dois mecanismos para lidar com esse problema: acumular reservas estratégicas de petróleo (SPR, na sigla em inglês) e adquirir investimentos nos campos principais de petróleo e gás. Ambos os países têm perseverado nessas tentativas, às vezes competindo, às vezes cooperando – mas quase sempre em oposição aos interesses norte-americanos e ocidentais.

A reserva estratégica de petróleo planejada pelos chineses e indianos seria irrisória em comparação aos 700 milhões de barris dos quais dispõem os norte-americanos. Em janeiro, o governo indiano aprovou a criação de uma reserva estratégica de 37 milhões de barris de petróleo. A China começou a construção de armazéns para uma reserva de 30 dias (aproximadamente 180 milhões de barris), com planos a longo prazo de aumentá-la para 90 dias. Mas isso não demonstra com clareza o quão rápido a China pode acumular esse montante de reserva, dado que as companhias de petróleo estatais podem resistir a armazenar petróleo devido aos recentes preços estratosféricos.

Produção e consumo de energia de China e Índia, 2003

	Produção de energia (milhões tep*)	Importações líquidas (milhões tep*)	Fornecimento energético primário total (milhões tep*)	Consumo de eletricidade (Twh)	Emissões de CO ₂ (milhões de toneladas)
China					
Volume	1.381	62	1.410	1.776	3.719
Part. (%) mundial	12,9	-	13,5	11,9	15,1
Índia					
Volume	455	100	553	463	1.050
Part. (%) mundial	4,3	-	5,2	3,0	4,2
*toneladas equivalentes de petróleo			Fonte: Agência Internacional de Energia		

Demanda por petróleo de China e Índia – milhões bpd

País	2000	2003	2004	2005	2006*
China	4,55	5,55	6,43	6,62	7,01
Índia	2,31	2,47	2,60	2,64	2,70
*estimativa		Fonte: Agência Internacional de Energia			

Amigos por um dia – na Síria...

Mais irritante para os Estados Unidos é a extensão do apoio político e militar da China e da Índia a países que Washington está tentando isolar – tais como Irã, Líbia, Síria, Sudão, Venezuela e Mianmar – em troca de fornecimento de energia. Pequim e Nova Déli recentemente assinaram acordos de petróleo e gasolina com durabilidade de 25 anos com o Irã, que valem coletivamente US\$ 200 bilhões.

Em janeiro de 2006, durante visita a Pequim, o ministro de energia indiano, Mani Shankar Aiyar, assinou acordo de cooperação com a China para assegurar o fornecimento de petróleo do exterior; logo depois, a Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC, na sigla em inglês) e a companhia estatal indiana de petróleo ONGC Videsh Ltd (OVL) associaram-se para adquirir da Petro-Canada 37% dos campos de petróleo e gás sírios, al-Furat, por US\$ 573 milhões. O acordo foi assinado mesmo após discurso norte-americano afirmando que “se opõe fortemente a tais investimentos em recursos sírios” e que “agora não é hora de enviar mensagens confusas [para o governo da Síria] seja através de acordos de investimentos ou por qualquer forma de recompensa econômica ou política ao regime de Damasco”. (Isso aconteceu pouco após a CNPC ter vencido disputa com a Índia pela PetroKazakhstan, empresa localizada no Cazaquistão e de propriedade canadense, por US\$ 4,2 bilhões).

...e sobre os oleodutos

Pequim e Nova Déli também assinaram acordos energéticos multibilionários com a Rússia e com várias repúblicas centro-asiáticas ex-soviéticas, tais como o Cazaquistão, e estão agindo para contestar a tentativa norte-americana de ganho de influência na Ásia central. O primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh, tem discutido a construção de uma rede de gasodutos e o estabelecimento de um mercado petrolífero asiático, e, na mesa-redonda entre os ministros de energia da Ásia, ocorrida em Nova Déli em novembro de 2005, a Índia propôs projeto, avaliado em US\$ 25 bilhões, de construção de cinco oleodutos pela Ásia Central, incluindo Irã. A rede desviaria grande parte do fornecimento de petróleo e gás da Ásia Central para Índia e China. As duas potências asiáticas também propuseram plano ainda mais audacioso de conversão do supervalorizado oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan, que Washington construiu como forma de levar recursos energéticos do Mar Cáspio para o oeste, como um alimentador também para Ásia. No plano, o oleoduto seria estendido à Síria, de onde o petróleo seria carregado para petroleiros e transportado para Ásia através do Mar Vermelho.

Outras áreas de cooperação incluem a Organização Mundial de Comércio, na qual ambos os países (Índia mais do que China) insistem que a abertura de mercados agrícolas dos países ricos é prioridade, e na importância de conversas ambientais globais – nas quais ambos os países argumentam que, futuramente, cotas de emissão de carbono serão baseadas também no tamanho da população, e não apenas nos níveis de emissões atuais. Os dois países estão também empenhados em encontrar uma alternativa regional aos títulos do tesouro norte-americano, importantes na reciclagem dos superávits comerciais asiáticos.

China e Índia não têm dado importância aos pedidos de Washington por sanções econômicas contra o governo do Sudão, acusado de genocídio na região de Darfur, pois ambos têm interesses extensivos no projeto de petróleo sudanês do Grande Nilo. A China também provocou os Estados Unidos ao negociar o acesso às reservas de petróleo da Venezuela. Inicialmente, os norte-americanos tentaram minar o acordo utilizando sua aliança com o Panamá para impedir o acesso da China ao canal mais importante que liga o Pacífico e o Atlântico. Mas Pequim surpreendeu Washington ao negociar um acordo da Venezuela com seu vizinho, a Colômbia, que prevê a construção de oleoduto ligando os campos petrolíferos venezuelanos a portos ao longo da costa colombiana do Pacífico, permitindo que o petróleo não passasse pelo canal do Panamá. Quando e se esse oleoduto realmente será construído é questionável: até agora, o envolvimento da China na infra-estrutura da América Latina tem sido grande na retórica, mas pequeno em ações práticas.

Fim de Bretton Woods II? Talvez ainda não

Atualmente, mais de 30 nações, incluindo muitos dos maiores produtores de petróleo e economias manufatureiras asiáticas, fixam suas taxas de câmbio (formal ou informalmente) em relação ao dólar americano (a China abandonou a âncora restrita ao dólar em julho de 2005, mas ainda faz parte do grupo de 30 países devido ao grande peso do dólar americano em sua cesta de moedas). Essa dependência do dólar foi intitulada como sistema “Bretton Woods II” pelos economistas David Folkerts-Landau, Peter Garber e Michael Dooley. Eles argumentam que esse sistema de taxas de câmbio fixas permite que essas nações realizem grande comércio de excedentes, desde que o excedente seja reciclado de volta no financiamento do déficit da conta corrente norte-americana, que chegou a US\$ 415 bilhões em 2005. Manter o acordo no lugar é um entendimento de que o tesouro norte-americano manterá a política monetária relaxada o suficiente para estimular o apetite dos consumidores internos por manufaturas asiáticas e petróleo saudita.

A valorização de 2% do renminbi, em julho de 2005, não afetou materialmente esse arranjo. Isso não é surpresa, uma vez que produtores asiáticos tenderiam a perder mais com uma dissolução de Bretton Woods II do que os EUA. Além de outros fatores, uma valorização significativa acarretaria ao Banco do Povo da China uma grande perda de capital, uma vez que boa parte de suas reservas cambiais são mantidas em dólares. A Índia, cuja reserva cambial pode alcançar US\$ 200 bilhões em 2007, está em situação similar. Ambos, Pequim e Nova Délhi, sem nenhuma surpresa, são grandes patrocinadoras da iniciativa Chiang Mai, assinada na Tailândia, segundo a qual as nações asiáticas devem buscar investir seus excedentes entre si, ao invés de depender tanto dos Estados Unidos. Quando a China e a Índia ampliarem seu consumo doméstico e se tornarem menos dependentes na demanda norte-americana como guia de suas economias, suas habilidades na conquista de investimentos não-norte-americanos direcionados à Ásia aumentarão.

A criação de dois novos Fundos de Títulos Asiáticos, que investirão US\$ 3 bilhões em títulos de moeda doméstica emitidos por oito mercados asiáticos soberanos e quase-soberanos (China, Hong Kong, Indonésia, Coreia do Sul, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia) foi o primeiro passo nessa direção. O pequeno tamanho do fundo foi resultado, em parte, do cuidado dos emissores, mas também da pressão massiva de Washington. Na primeira Cúpula do Leste Asiático, realizada em Kuala Lumpur em dezembro passado, a necessidade de criar “instituições financeiras asiáticas que satisfaçam as necessidades asiáticas” foi grande na agenda. Essa visão ficou longe de qualquer realização concreta – a cúpula promoveu pouco progresso ou nenhum – mas essa é claramente uma área na qual a cooperação sino-indiana faz forte sentido e pode eventualmente gerar frutos.

Bhai-Bhai – ou *bye-bye*?

Entretanto, nem China nem Índia anunciam um retorno aos eufóricos anos 50, quando a amizade sino-indiana foi propagandeada na Índia sob o slogan “Hindi-Chini bhai-bhai” (indianos e chineses são irmãos). Cada país tem gasto muita energia diplomática para ingressar nos organismos regionais dos quais o outro já faz parte e, ao mesmo tempo, excluir o outro de suas alianças estratégicas. Nesse sentido, a China tem sido notavelmente bem-sucedida.

O país manteve a Índia fora da Organização de Cooperação de Xangai (SCO, na sigla em inglês), fórum que criou em 2001 com Rússia, Cazaquistão, Quirgizistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, em oposição à influência norte-americana na região. Apesar de ser um organismo principalmente de conversas, a SCO demonstrou sinais de vida através da organização de ações militares conjuntas, incluindo alguns que envolviam China e Rússia. Irã e Paquistão são candidatos a se unir à SCO, mas Pequim é firme na defesa de que a Índia mantenha-se de fora.

A China também excluiu a Índia dos encontros do Leste da Ásia. Até agora, por nítidas razões econômicas, a crescente integração regional tomou formato diplomático na assim chamada "Asean+3", ou seja, os dez membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático mais China, Coreia do Sul e Japão. Preocupações de que a China, o maior parceiro comercial da Asean, passe a dominar o grupo levaram alguns países, como Cingapura, Japão e Indonésia, a procurar por grupo mais amplo e que diluiria a influência de Pequim, incluindo Austrália, Nova Zelândia, Índia e, possivelmente, até a Rússia. Mas na primeira cúpula do Leste Asiático em Kuala Lumpur, em dezembro de 2005, a China manteve a Índia nas margens.

Nova Déli, por sua vez, sinalizou que deseja assinar acordo de livre comércio com a Asean, e conduziu ações militares com Tailândia, Malásia e Cingapura. Cingapura, que assinou acordo militar com a Índia em 2003, tem alugado a base aérea no leste da Índia para propósitos de treinamento.

O Irã também é forte na agenda indiana. Apoiada por acordo estratégico assinado em 2004, a Índia concordou em ajudar o Irã a construir um novo porto em Chabahar, bem como uma nova auto-estrada ligando o Afeganistão ao Tadjiquistão; há também contratos de longo prazo nos setores de energia e aço, orçados em mais de US\$ 25 bilhões. Nova Déli concordou em empenhar-se na melhora da senil frota de aviões de guerra russos MiG e submarinos Kilo-class. Relatórios do *Defense News* e *Jane's Defence Weekly* alertam para o fato de que uma cláusula secreta concede acesso à Índia às bases militares iranianas no caso de uma guerra com o Paquistão (ambos governos negam isso). Mais ao norte, na Ásia Central, em 2004, a Índia surpreendeu ao estabelecer sua primeira base militar marítima em Farkhor, seis milhas fora de Dushanbe, no Tadjiquistão, e ao entrar em acordos de fornecimento militar com Uzbequistão e Cazaquistão.

A aproximação junto a um membro do "eixo do mal" e a manutenção de estabelecimentos militares no Tadjiquistão certamente não foram pensados com a intenção de agradar Washington. Por outro lado, o atual governo indiano fez concessões impensáveis aos Estados Unidos há poucos anos atrás, como permitir que todos os estabelecimentos nucleares civis indianos sejam examinados pela Agência Internacional de Energia Atômica. O atual governo também conduziu uma série de ações militares conjuntas com forças norte-americanas em território indiano – encerrando com a longa proibição que impedia tropas na região – e em águas internacionais e no espaço aéreo. Quando aliados esquerdistas que compõem a coalizão governamental tentaram impedir as ações, o premier Singh encarou-os.

De fato, o risco para a Índia é de que, na euforia de estar sendo tratada por Washington como um parceiro estratégico numa aliança de contenção contra China, o país acabe por perder de vista um objetivo mais pragmático: extrair o máximo possível de cada uma das grandes potências enquanto não se compromete integralmente com nenhuma. Estrategistas de segurança indianos continuam obsessivos com a suposta intromissão chinesa com vizinhos inconstantes, como Nepal e Bangladesh, e alertam para a obscura transferência de tecnologia militar de Pequim para o Paquistão. Uma diplomacia mais sutil e pragmática encontraria maneiras de tratar essas questões.

"O fato é que, quando for oportuno, a Índia irá apoiar os EUA em detrimento à China", disse Madhav Nalapat, professor de geopolítica da Universidade de Manipal, no sul da Índia. "Existem muitas razões naturais para isso: nossos valores, nossa democracia, nossa complementaridade econômica – e, é claro, o fato de que nós temos dois milhões de indianos vivendo na América."

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nosso julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 01.03.2006. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.

Comércio bilateral

Governo brasileiro aprova medida antidumping e sobretaxa pedivela chinesa

Oito meses após pedido de investigação de fabricantes nacionais, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) aprovou direito de *antidumping* contra pedivelas – peça que liga pedais à corrente de bicicleta – exportados pela China ao Brasil. A partir de maio, o produto passou a ser sobretaxado em US\$ 2,39 por quilo.

Inicialmente, produtores nacionais de pedivela haviam formalizado pedido de investigação para adoção de salvaguarda contra fabricantes chineses do produto. Contudo, a fim de evitar desgaste das relações bilaterais, o governo brasileiro optou pela aplicação de direito de *antidumping*. A decisão pela sobretaxa proporcionou aumento significativo no custo total de importação, o que permitirá a sobrevivência, pelo menos temporária, de fabricantes brasileiros. A medida é paliativa, uma vez que não produz impactos sobre a competitividade de empresas brasileiras do setor.

Alto-falantes, escova de cabelo, árvores de Natal, bola de Natal, armações de óculos, óculos de sol e talhas manuais são outros produtos que estão sob processo de investigação no MDIC.

Energia I

China receberá técnicos brasileiros de Itaipu

Uma equipe de técnicos da hidroelétrica de Itaipu irá à China prestar assistência ao projeto de Três Gargantas. Os técnicos conduzirão a fase inicial de transferência de tecnologia e *know-how*. O projeto, em construção desde 1993, deverá ser concluído em 2009, quando tomará posição de Itaipu como maior usina hidroelétrica mundial. Três Gargantas, construída sobre o Rio Yang-Tse, terá 32 turbinas de 700 MW, com estimativa de produção anual de 84 milhões MWh. A assistência brasileira será concentrada nestas turbinas, semelhantes às aquelas usadas em Itaipu.

Agricultura

China aumentará subsídios agrícolas

Os subsídios diretos a fazendeiros chineses aumentarão 63% em junho, para US\$ 5,6 bilhões, direcionados ao plantio de grãos e à compra de insumos produtivos. A medida visa aumentar a produtividade e a renda dos produtores rurais.

O Conselho de Estado, o mais alto órgão executivo de administração pública do país, sancionou também a expansão do sistema de auxílio, que pretende suprir as necessidades de subsistência da população rural. Segundo a agência de notícias estatal Xinhua, o sistema já beneficia 15,9 milhões de pessoas em 23 províncias, quase 70% da população camponesa que vive abaixo da linha de pobreza. A decisão tem por objetivo reduzir as disparidades entre as zonas rural e urbana.

Energia II

China e Uzbequistão construirão gasoduto

A China e o Uzbequistão acordaram os termos de construção de um gasoduto que, segundo o *Economist Intelligence Unit*, conectará os depósitos de gás da região leste uzbeque de Namangan à China. O gasoduto, a ser construído e operado por *joint-venture* entre as estatais Uzbekneftegaz e China National Petroleum Corporation (CNPC), terá 530 km de comprimento e capacidade produtiva anual de 30 bilhões de metros cúbicos.

O gasoduto é parte de projeto mais amplo de integração energética regional que surge no âmbito do *Shanghai Cooperation Organization* (SCO), iniciativa de cooperação de caráter político, militar e eminentemente energético entre China, Cazaquistão,

Quirgistão, Rússia, Tadjiquistão, e Uzbequistão. Em um momento em que a China busca expandir e diversificar sua malha energética a fim de alimentar uma economia em franca ascensão, os depósitos de gás centro-asiáticos se apresentam como uma alternativa política e economicamente viável, bem como ecologicamente desejável ao carvão mineral nacional.

Sistema financeiro I

China aumenta quota de investimentos externos para bancos

Lançado em julho de 2006, o certificado de Investimento Institucional Doméstico Qualificado (QDII, em inglês) possibilita que investidores chineses operem nos mercados de capitais internacionais. Após três meses sem agraciar nenhum novo certificado, o governo habilitou o Nanyang Commercial Bank a investir em economias estrangeiras, agregando potencialmente mais US\$ 300 milhões ao montante vigente de US\$ 15 bilhões.

A expectativa da Comissão Regulatória de Bancos Chinesa (CBRC, em inglês) é de, nos próximos dois anos, atingir a marca de US\$ 100 bilhões aplicados no exterior através da desobstrução dos canais de saída de investimentos. Esta abertura visa, justamente, a reduzir o superávit da balança comercial e controlar a apreciação do câmbio, de forma a não prejudicar as exportações chinesas.

Energia III

China descobre reserva de petróleo

Foi descoberta a maior reserva petrolífera do país nos últimos 40 anos, com capacidade produtiva total estimada em 7,35 bilhões de barris de petróleo, na Baía de Bohai, região norte da China. Segundo técnicos do setor, há possibilidades de novas descobertas na região.

A notícia, recebida com entusiasmo pelos líderes chineses, indica um avanço na estratégia energética do país, de garantia do fornecimento de petróleo em longo prazo. A reserva permitirá que a China National Petroleum Corp (CNPC) intensifique a exploração de outros campos. Isto aumentará e estabilizará a produção total, e, conseqüentemente, poderá reduzir a dependência da China em relação à importação do petróleo e a vulnerabilidade às flutuações nos preços internacionais do barril.

Saúde

Crise administrativa na China leva à morte de pessoas e animais

Ração contaminada com melamina e ácido cianúrico, substâncias que quando misturadas formam um composto tóxico, levou a um surto de mortes de animais domésticos nos Estados Unidos. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) solicitou esclarecimento por parte de três empresas multinacionais sediadas nos EUA que exportam rações para o Brasil quanto à possibilidade de entrada desses produtos contaminados no mercado brasileiro. A origem das substâncias, no entanto, é chinesa. Estas estavam presentes no glúten e na proteína de arroz importados da China, utilizados como insumo na produção de rações.

O escândalo é mais um dentre uma série de incidentes recentes na área de saúde nos quais a China está envolvida. Nos últimos meses, foram contabilizadas mais de 100 vítimas de medicamentos falsificados no Panamá. Estas mortes, como dezenas de outras registradas em Bangladesh, Argentina, Nigéria, Haiti, Índia e na China, resultaram da ingestão de uma substância tóxica, o dietileno glicol, usado normalmente como solvente industrial e componente de anticongelantes. O tóxico, produzido e distribuído por empresas chinesas, é utilizado por falsários como substituto de baixo custo para a glicerina usada em xaropes e remédios.

Investigações por parte do governo chinês acarretaram na demissão e condenação à pena de morte do chefe da agência reguladora, Zheng Xiaoyu, acusado de corrupção. Segundo a agência de notícias estatal Xinhua, Zheng teria aceitado suborno para burlar os procedimentos normais de aprovação de produtos, o que,

por sua vez, colocou em perigo a vida e a segurança de muitas pessoas. A condenação de Zheng é apenas uma das medidas previstas pelo governo chinês com objetivo de sanear a indústria farmacêutica e o setor de saúde, e é parte da política de combate à corrupção do presidente Hu Jintao.

Sistema financeiro II

Bolsas internacionais são alvo de companhias chinesas

Em busca de novos mercados de capitais, empresas chinesas estão a caminho das bolsas internacionais. Em 2007, a bolsa eletrônica Nasdaq espera a entrada de 35 novas empresas chinesas, enquanto a bolsa londrina aguarda por 28 companhias, a mesma expectativa de 2006. Segundo analistas, este movimento reflete a procura das empresas chinesas por novos métodos de alavancar capital.

Macroeconomia

Superávit na balança de pagamentos chinesa supera expectativa

O resultado divulgado pelo governo chinês surpreendeu analistas em razão do aumento de mais de 7% do balanço de pagamentos em 2006, em comparação a 2005. O saldo positivo foi de US\$ 249,9 bilhões, com destaque para o setor de serviços, que registrou aumento nas exportações, sobretudo na área de TI. Os números divulgados também revelam o tímido investimento das companhias chinesas no exterior, de US\$ 17,8 bilhões, além de queda marginal no volume de investimento direto estrangeiro, de US\$ 79,1 bilhões para US\$ 78,1 bilhões.

Sistema Financeiro III

Governo chinês investe em fundo norte-americano

O governo chinês investirá US\$ 3 bilhões para a aquisição de 9,9%, sem direito a voto, da companhia americana Blackstone. A empresa tem como foco investimentos e reestruturação de companhias de capital fechado, modalidade conhecida também como "private-equity", e é uma das líderes mundiais no mercado de gestão de ativos e consultoria financeira. A compra será efetuada por uma nova estatal chinesa, ainda sem nome definido, direcionada a investimentos externos.

Governo

Hu Jintao promove mudanças na configuração do governo chinês

O presidente chinês Hu Jintao nomeou líderes para o Partido Comunista em nove províncias chinesas e reelegeu o líder do Partido em Pequim. Hu promoveu também algumas modificações na configuração de seu gabinete ministerial. As principais pastas a sofrer alterações foram o Ministério das Relações Exteriores, que passará a ser liderado por Yang Jiechi, diplomata experiente e ex-embaixador em Washington, e o Ministério de Ciência e Tecnologia, sob controle de Wan Gang. Wan é o primeiro não-membro do Partido a ser indicado para um cargo ministerial desde a década de 1950.

Analistas afirmam que tais modificações fazem parte de um esforço mais amplo de consolidação do poder de Hu e fortalecimento de sua base aliada, em antecipação ao 17º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, previsto para outubro. O objetivo é ter o apoio necessário para avançar seu projeto de governo, cuja proposta é a criação de uma "sociedade harmoniosa". Medidas concretas incluem: aceleração das reformas econômicas; construção de um sistema de segurança social abrangente e funcional; eliminação da corrupção a níveis regional e nacional; adequação do sistema político a padrões mais altos de transparência e responsabilidade; e diversificação da base de poder do Partido, aproximando-se do setor empreendedor emergente.

Reservas

Fundo monetário comum asiático unirá 13 países

China, Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Vietnã, Japão e Coréia do Sul acordaram a criação de um fundo monetário

comum, que concentrará e coordenará em fórum multilateral as trocas de divisas, antes feitas bilateralmente. A iniciativa tem por objetivo garantir liquidez aos países em momentos de desequilíbrio no mercado financeiro, como a crise especulativa que assolou a região no final da década de 1990.

A região abriga cerca de US\$ 3 trilhões em reservas, dois terços do total mundial, dos quais a China responde por US\$ 1,3 trilhão e o Japão por US\$ 850 bilhões. Estudos serão conduzidos pelas partes para avaliar quanto do montante será destinado ao fundo e como será feita a gestão dos recursos.

Propriedade intelectual

Danone abre processo judicial contra *joint-venture*

A Danone, grupo francês de alimentos e bebidas, abriu processo contra seu principal parceiro na *joint-venture* que estabeleceu na China em 1996, a Wahaha. Em carta enviada ao presidente da parceira, Zong Qinghou, a Danone informou que poderia iniciar o processo em trinta dias, caso ambos os lados não chegassem a acordo. Wahaha teria operado paralelamente à Danone, produzindo e vendendo os mesmos produtos. O lado chinês reivindica que a companhia francesa estaria tentando tomar o controle de certas subsidiárias da Wahaha que não fazem parte da *joint-venture*.

Após expiração do prazo, a Danone afirmou ter tomado as primeiras iniciativas para dar prosseguimento à ação legal. Apesar disso, a empresa francesa insiste que a situação não é irreparável e pretende resolvê-la até julho. A *joint-venture*, que tem 51% de suas ações nas mãos da Danone, vendeu quase US\$ 1,8 bilhão em 2006.

Meio ambiente

China fará ato simbólico contra congestionamento de veículos e poluição

O governo chinês aderiu à campanha World Carfree e promoverá, em 22 de setembro, o primeiro dia oficial sem carros do país. Mais de 100 cidades chinesas, incluindo Xangai e Pequim, se juntarão a outras cidades ao redor do mundo, que nesta data proíbem ou reduzem a circulação de automóveis particulares e privilegiam transportes públicos e veículos alternativos.

A adesão simbólica ao movimento é resposta aos congestionamentos diários de ruas e estradas chinesas, sobrecarregadas em razão do crescimento acelerado do número de automóveis em circulação. A medida também reitera o discurso do governo chinês de necessidade de proteção ambiental, exaltada na reunião de março do Congresso Nacional do Povo. A China é um dos maiores poluidores mundiais, sobretudo devido à preponderância do carvão mineral como base da matriz energética do país.

Carta da China

A **Carta da China** é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A **Carta da China** é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Rodrigo Tavares Maciel

Isabela Nogueira

Marla Naumann

Zaira Lanna

Estagiários: Ana Luiza do Carmo, Dani Nedal e Pedro Casotti

Projeto gráfico

Casa do Cliente Comunicação 360º – www.casadocliente.com.br

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br